

## 2º ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PCP

### EQUIPAMENTOS DE SAÚDE / ANARQUIA DE AQUISIÇÃO E DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Por: Durão de Carvalho

No 1º Encontro Nacional realizado em 1980 definimos as linhas mestras da nossa política relativamente aos equipamentos de Saúde. Reivindicámos uma nova política de planeamento, programação e construção/aquisição assente em critérios técnico-económicos visando a prestação de cuidados de saúde com a qualidade que os actuais conhecimentos técnico-científicos permitem.

As opções do Ministério da Saúde (M.S.) têm sido diferentes. Apesar da ex-Direcção Geral de Construções Hospitalares agora Direcção Geral de Instalações e Equipamentos de Saúde (DGIES), ter sido integrada no Ministério de Saúde, o que à partida consideramos positivo, poderia ter sido um instrumento importante na concretização de uma acertada política de equipamentos, de facto não o foi. Antes pelo contrário, as decisões quanto a novas unidades de saúde ou a equipamentos especialmente importantes nada tem a ver com qualquer planeamento e só por mero acaso a vontade dos governantes, outros interesses pessoais ou de grupo, coincidem com as necessidades da população. A comprová-lo podemos citar as decisões do Ministério da Saúde para a área metropolitana de Lisboa alheias ao crescimento demográfico da zona. Este facto foi denunciado no nosso Encontro Distrital de Saúde de Lisboa realizado em 1985.

Os investimentos nos últimos anos têm vindo a baixar tanto que o futuro dos equipamentos de Saúde está a ser comprometido. Os orçamentos do SNS baixam, mas os investimentos baixam ainda mais. Em 1983 representavam 8,3% das transferências do OE para o SNS, em 1985 já representavam

apenas 5,2% e, para 1988, foi proposto pelo Governo Cavaco Silva e aprovado pela AR de maioria PSD, o valor de 4,3%! Também aqui a modernidade e aproximação à Europa da CEE são apenas propaganda. Propaganda de promessas eleitorais evidente da análise aos Planos de Investimento de 87 e 88. Para aquele ano foram aprovados 9,5 milhões de contos e previstos 13,1 milhões para 88 necessários para dar continuidade aos projectos de 87. Mas passado o 19 de Julho, um Governo com o mesmo Primeiro Ministro e um Ministério com a mesma Ministra, propuseram e a sua maioria aprovou apenas 8,450 milhões de contos. Desta medida resultou a anulação de muitos projectos e de muitas aquisições essenciais. Pela sua importância, salienta-se que a construção dos hospitais da Amadora/Sintra e de Matosinhos foi adiada já que apenas lhes foi atribuída a verba de 20 mil contos, que não chega sequer para pagar os respectivos projectos. Salienta-se ainda que nenhum Centro de Saúde iniciado em 1988, que foi cancelada a construção de três, previstos em 87 (Ponte de Sôr, Entroncamento e Vila Nova de Ourém), e que quatro foram adiados (Passos de Ferreira, Góis, Sintra/Queluz Ocidental e Loures/Odivelas) já que apenas lhes foram atribuídos 100 contos!

As dificuldades financeiras somam-se as resultantes da anarquia que entre nós caracteriza a comercialização dos equipamentos médicos. Esta, não está sujeita a qualquer regra que não seja a lei da oferta e da procura e o Estado que, além de dever garantir a segurança dos cidadãos, sendo o maior comprador não se comporta como tal defendendo os seus interesses. Quanto a preços cada unidade de saúde encontra-se sózinha no mercado e sem capacidade para usufruir dos benefícios de uma economia de escala que seriam possíveis ao Ministério. Quanto à qualidade, segurança e adequação não existem normas, nem sequer na maior parte das vezes, é

garantida a qualificação mínima das comissões de escolha. Impera a pressão dos vendedores, da modernidade e das falsas novas tecnologias. Existem no mercado equipamentos perigosos e não é garantida a continuidade de serviço dos equipamentos chegando mesmo, caso extremo, a ser adquiridos e nunca funcionarem em condições normais.

Do exposto resulta a inexistência de stocks de acessórios e de pessoal técnico qualificado. A formação em engenharia clínica e hospitalar bem como acções específicas são indispensáveis para garantir o funcionamento dos equipamentos tanto mais complexos quanto o progresso tecnológico. Sendo positivas iniciativas de algumas Universidades neste domínio, o alheamento do Ministério da Saúde transforma-as em desperdício.

No que se refere às estruturas intervenientes, mantêm-se o vazio quanto à sua coordenação e definição de uma política para o sector que contemple o planeamento, a normalização, o controlo de qualidade e segurança, a aquisição, o apoio à indústria nacional, a formação e a organização. A DGIES tradicionalmente responsável pelas obras de construção, ampliação e remodelação de unidades de saúde, tem passado desde o primeiro Governo Cavaco Silva, por diversas vicissitudes, desde a tentativa de extinção à grande redução do quadro de pessoal, ficando apenas com funções normativas. Contudo, permanece a indefinição podendo estas intenções associar-se à tentativa de total ou parcial privatização do sector. Poderá mesmo acontecer que a intervenção do Estado seja mínima e os novos hospitais a lançar sejam entregues a empresas privadas que intervenham desde a elaboração do projecto até à entrega da unidade completamente equipada, como aconteceu com S. Francisco Xavier. O Serviço

de Utilização Comum dos Hospitais, organismo especialmente vocacionado para a manutenção e cobrindo todo o território nacional, é preocupante, que esteja a merecer especiais atenções deste Governo. O seu Presidente foi recentemente substituído e suspeita-se que venha a ser instrumento de uma política de privatização desta actividade. Os Serviços de Equipamentos Hospitalares, responsáveis técnicos directos por um património de centenas de milhões de contos, continuam abandonados às suas dificuldades.

Prestar cuidados de saúde com qualidade e com economia de meios exige outra política na área dos equipamentos de saúde o que equivale a dizer outra política para a saúde: a que está consagrada na Constituição e na Lei de Bases do SNS.